

CONSUD Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

CNPJ 00.333.678/0001-96

Rod. Contorno Vitório Traiano, nº 501, Bairro Água Branca -

CEP 85.601-838 - Francisco Beltrão - PR

Telefone (046) 3520-0900

Ofício 25/2023 ARSS-PR.

Francisco Beltrão, 03 de março de 2023.

Aos Senhores Núcleo de Laboratórios do Sudoeste

Assunto: Tabela de valores de exames laboratoriais.

Prezados Senhores

A secretaria executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste - CONSUD, encaminha em anexo ao Núcleo de laboratórios a Tabela de Valores aprovada pelos Secretários de Saúde no dia 03/03/2023.

O reajuste da Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) para municípios e prestadores de serviços, vem sendo tema constante a nível regional. Os serviços especializados afirmam que a defasagem da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do SUS, não reembolsa de forma correta os custos básicos dos serviços prestados. O déficit suportado pelos serviços é incontestável, pois é passível de ser compreendido a impossibilidade de se manter um equilíbrio econômico financeiro quando a remuneração dos procedimentos tem como base uma tabela criada na década de 90. Em que pese o artigo 26 da Lei nº 8080/90 trazer critérios e parâmetros para a remuneração dos serviços prestados pelos seus conveniados, inclusive estabelecendo que contratos devam observar o equilíbrio econômico financeiro, ocorre que os recursos federais do Componente limite financeiro de média e alta complexidade (MAC) só podem ser utilizados para o pagamento de ações e serviços no valor fixado na Tabela Nacional e tratando-se de complementações, os pagamentos serão efetuados com o emprego de recursos próprios dos municípios. Cabe ao gestor público realizar também planejamento, pois é preciso conhecer a realidade financeira do município para que as receitas sejam aplicadas de forma correta e adequada a necessidade assistencial da população. Diante de avaliação requerida para o reajuste de valores de exames de análises clínicas pelos prestadores de serviços aos gestores municipais pertencentes aos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde, inquirindo a inviabilidade financeira ofertada pela Tabela Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) no pagamento dos exames realizados pela população dessa região, observou-se cautela pormenorizando cada parte de um todo, ou seja, na tentativa de mitigar as dificuldades de ambos e direcionar para a tomada de decisão coletiva.

O objetivo do estudo foi obter subsídios para a análise de dados referente ao reajuste da Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) solicitado pelos prestadores de serviços de análises clínicas (laboratórios) e pesquisar valores praticados em convênios privados de saúde e assim contribuir para o raciocínio crítico e avaliação do impacto financeiro junto aos municípios.

Intermediar formas para a busca em manter equilíbrio econômico-financeiro entre os prestadores de serviços e municípios pertencentes a essa região de saúde e Assegurar a assistência da população usuária do Sistema Único de Saúde.

Inicialmente foi instituída uma Comissão Técnica pelo Consórcio que convidou a Secretaria Municipal de Saúde de Francisco Beltrão para desenvolver estudo analítico perante a demanda solicitada pelos serviços, definiu-se a sequência das atividades da seguinte forma: - A criação de uma tabela compartilhada entre o município de Francisco Beltrão e o Consórcio, tendo como parametrização a utilização de informações já definidas pelo Consórcio como a permanência de exames ofertados na atualidade, exclusão dos exames considerados obsoletos pelos prestadores e manutenção dos valores financeiros pretendidos pelos mesmos; -Em seguimento utilizou-se como referência os valores considerados pela Tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), 5º edição, 2008, a qual está sendo utilizada aqui nessa região entre os convênios de saúde como parâmetro para determinar os métodos e procedimentos do campo de atuação diagnóstica e terapêutica com o objetivo de manter a remuneração aos serviços prestados. - Considerou-se Tabela Unimed Apucarana/PR, com vigência maio/22 para noção dos valores praticados no referido convênio. - Considerou-se valores praticados pelo Sistema de Assistência à Saúde (SAS) que é um benefício concedido pelo governo do Estado e compreende serviços de apoio e diagnóstico. Durante a análise ponderou-se calcular uma média aritmética entre os valores existentes, estabelecendo como teto financeiro máximo o valor pago pelo SAS, uma vez que é o plano de saúde que mais se aproxima das condicionalidades SUS, também se manteve em avaliação valores já praticados pelo consórcio, valores praticados pelo município sede (Francisco Beltrão) e valor planejado pelos serviços e quanto aos exames não disponíveis em algum dos convênios, analisou-se valores particulares. Cada exame foi verificado individualmente. Sequencialmente foi possível estimar impacto financeiro no município sede (FB) incluindo toda a rede assistencial e os custos per capita para cada município pertencente a essa região de saúde. (Anexo II). Em demonstrativo gráfico é possível identificar o aumento financeiro com 20% (vinte por cento) do reajuste já vigente pelo Consórcio junto aos prestadores e o aumento para a proposta encontrada na modalidade do estudo realizado.

A comissão recomendou ao Consórcio sempre utilizar a base dos serviços em descrição de editais com a finalidade de compra, ou seja, para esse caso utilizar a codificação dos exames disponíveis pela tabela SUS e fragmentar o valor de tabela SUS e o valor complementar apresentando o cálculo do valor total, mesmo que a cobrança ocorra na forma de pagamentos via boleto pelos municípios. Importante frisar que o Consórcio para não correr riscos de desassistência de serviços elabore lote único para os exames necessários. Cumpre ao prestador de serviços interessado em participar do fornecimento dos serviços, dispor da integralidade dos exames, isso facilita ao gestor do Consórcio particularidades pontuais que atrapalham o planejamento, a

qualidade e o funcionamento dos trabalhos para a coletividade. Procurar adicionar exames pautados em linhas de cuidados federais, estaduais e/ou com definições e decisões locais. Dessa forma como se deu o desenvolvimento pode-se dizer que haverá um reajuste total de quase 36% sob o valor de Tabela Nacional.

Por fim, diante das informações supracitadas, informo que a tabela passa a vigorar em 01/04/2023.

Coloco-me a disposição para esclarecimentos.

Ivone Faust Sponchiado
Secretaria Executiva